

Arrendatário terá palavra final, diz Diogo Piloni

Secretário debateu desestatização

MAURÍCIO MARTINS

DA REDAÇÃO

O modelo de desestatização estudado para o Porto de Santos prevê que o arrendatário dê a palavra final nos processos de adaptação ou alteração dos contratos de arrendamento, ao passá-los do direito público para o direito privado, quando a iniciativa privada assumir a gestão portuária.

O secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni disse que, como há riscos de conflitos de interesse, do concessionário abusar do poder econômico e prejudi-

car os operadores, por exemplo, há também potenciais ferramentas para mitigação desses riscos.

"E não só operadores, temos que avaliar restrições a participação de terminais ferroviários, de armadores, para preservar a visão de tratamento equânime que uma autoridade portuária deve ter".

Piloni destacou esses pontos em sua participação no segundo painel do 2º Encontro Porto & Mar 2021, sobre segurança jurídica após o processo de desestatização do Porto de Santos. Os debatedores foram o diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados



Piloni destacou os cuidados que o Governo vai adotar em relação ao futuro concessionário do Porto

"NOVO DEMÔNIO"

"O novo demônio ainda não é conhecido. Um tropeço no Tribunal de Contas da União pode tirar esse projeto (de desestatização do Porto de Santos) de 2022"

Clythio Buggenhout

presidente do conselho da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), ao comentar sobre problemas que podem surgir a partir da desestatização do Porto de Santos - questões que chama de "novo demônio", em referência ao "demônio atual", os problemas gerados pelo atual modelo de gestão.

do (ATP), Murilo Barbosa, o presidente do conselho da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Clythio Buggenhout, o presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopes), Régis Prunzel, e o advogado Marcelo Sammarco.

Para Piloni o modelo de

concessão traz uma segurança ainda maior à regulação, no que diz respeito ao papel que a autoridade portuária tem hoje. "O olhar já é atento. As modificações, os aumentos de tarifas, passam por avaliação, o que continuará acontecendo, mas com adicional de previsão e regras claras. O modelo de constituição de tarifas, partirá do pressuposto de não onerar de maneira nenhuma a cadeia logística".

PRAZOS

O secretário nacional está confiante de que a desestatização será feita até o final do ano que vem. "Temos em torno de 12 meses para audiência pública, submissão ao Tribunal de Contas da União (TCU), publicação de edital e efetivação do leilão. São essas as próximas etapas, tendo em vista que os estudos já nos foram entregues e estão em fase final de revisão".

A expectativa é de abrir consulta pública até outubro para que a modelagem esteja pronta no final do primeiro semestre de 2022. "Vamos cumprir essa etapa. Publicar o edital e fazer o leilão até novembro", ressaltou Piloni.

Grupo Tribuna fecha uma parceria com TOC Americas

O Grupo Tribuna fechou uma parceria com o TOC Americas, evento internacional de debates sobre o segmento portuário de movimentação de contêineres. O anúncio foi feito ontem, na abertura do 2º Encontro Porto & Mar 2021.

O TOC é considerado um dos melhores eventos de debates da classe pelos operadores de terminais de contêineres e seus fornecedores. Existe desde 2001 e começou em Miami. A 21ª edição será realizada em Lima, Peru, em 2022.

"Fechamos uma parceria que começa agora. Teremos um painel de Porto & Mar, do Grupo Tribuna, do Brasil, dentro do TOC Americas, para levar o Porto de Santos para o mundo", disse Demetrio Amono, diretor comercial do Grupo Tribuna.

"Estaremos no TOC do ano que vem, que era para ser este ano e foi adiado. Será no Peru. E temos em mente fazer o TOC Americas no Brasil, em Santos", afirma.

SUCESSO

Demetrio ressaltou o su-

cesso do 2º Encontro Porto & Mar 2021, como era esperado. Para ele, o debate foi em alto nível, muito técnico e dinâmico. "Conseguimos ter painéis muito ricos, em um formato interessante, com um palestrante e

quatro debatedores".

O diretor comercial resalta que o evento cumpriu o objetivo, que era trazer o assunto da desestatização do Porto de Santos de uma forma plural, ouvindo várias opiniões. (MM)

Será preciso qualificar o trabalhador

"Aproveito este espaço para pedir ao secretário (nacional de Portos, Diogo Piloni) que questões da qualificação e das relações do trabalho não sejam esquecidas no edital (de desestatização do Porto). É preciso pensar na relação do Porto com a Cidade e também é necessário que os profissionais portuários busquem qualificação", disse Hudson Carvalho, especialista em desenvolvimento organizacional e de pessoas.

Para Carvalho, o trabalhador portuário precisará ter diferenciais daqui para frente. Navegar em mais de uma área, como os setores operacional e tecnológico, por exemplo, cada vez mais será uma exigência a ser cumprida. "Vivemos num ambiente que tem uma certa dicotomia. Há falta e sobra de mão de obra. Se eu subo um degrau na qualificação da mão de obra, falta trabalhador. E há um grupo de pessoas que não terão tempo de se qualificar. Vejo que esses cronogramas que virão pela frente deverão ser coordenados, para incluir também um fator de proteção social", ponderou o especialista.

Hudson Carvalho participou da terceira mesa de debates do 2º Encontro Porto & Mar 2021, que discutiu a relação entre a desestatização e a mão de obra portuária. Fizeram parte da discussão o advogado Lucas Renio, o desembargador do Tribunal Re-



Hudson Carvalho abordou a dicotomia do mercado de trabalho

gional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), Celso Peel Furtado de Oliveira, o diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da Autoridade Portuária de Santos (APS) Bruno Stupello, e o presidente Federa-

ção Nacional dos Estivadores, José Adilson Pereira. A mediação foi do apresentador do Grupo Tribuna Maxwell Rodrigues.

"O último censo de portuários data de 2000. Seria necessário, junto com uni-

versidades, mapear o número de trabalhadores", disse Stupello.

Ele frisou que o Porto está se modernizando e passa por um processo de ruptura: escolher se vai ficar resistente à mudança ou abraçar a causa. "A mudança tem acontecido em vários setores, ela precisa acontecer. A gente vai trabalhar junto para desenvolver a mão de obra portuária ou de qualquer mão de obra para o funcionamento do Porto", afirmou o diretor, animado com as promessas de mais tecnologia nas atividades portuárias. "A tecnologia traz o jovem automaticamente", disse.

CAUTELA

O desembargador Celso Peel disse que é preciso verificar a situação dos trabalhadores com a privatização. "Eles prestaram concurso e em tese têm uma certa estabilidade. Com a desestatização, eles poderão ser dispensados, mas os direitos foram adquiridos e isso traz uma insegurança".



Ana Luiza, Maxwell Rodrigues, Biral e Miller participaram de painel

"Oportunidade única" para o Porto, diz Fernando Biral

Durante a discussão no painel Competitividade e o Futuro dos Portos, no 2º Encontro Porto & Mar 2021, o diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos, Fernando Biral, afirmou que o Porto santista tem "muito a melhorar em termos de infraestrutura, acesso e outras situações que estamos trabalhando. Como empresa pública é muito mais lento, e isso é o motivo da desestatização: uma oportunidade única para que o deslanche aconteça".

Ele avaliou a oportunidade proporcionada pelo evento dessa terça-feira, no auditório do Grupo Tribuna, em Santos, como um espaço único para "ouvir todos os participantes da comunidade portuária e conseguir a competitividade planejada". O presidente

da APS lembra, ainda, que o modelo "vai fomentar toda atividade econômica na região".

A expectativa com as melhorias é alta por parte do presidente, principalmente pensando na redução de custos. "Se a gente comparar o custo em dólar da tonelada movimentada, a gente vai ver que Santos é muito competitivo. O fato é que a carga tributária brasileira é igual ao que se pratica na Europa, mas os serviços que a gente recebe, não".

Durante o painel, também falaram a diretora do Departamento de Gestão de Contratos de Arrendamento e Concessão da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério de Infraestrutura, Ana Luiza Salles, e o advogado Thiago Miller.

